



# Água: a energia da vida

*Sindicato dos Urbanitários preparou este boletim no Dia Mundial da Água para que a população reflita sobre a importância desse recurso natural tão precioso, que parece abundante, mas não é*

A água é um bem precioso. Podemos chamá-la de petróleo azul. Aparentemente, parece um recurso abundante, mas isso não condiz com a realidade. Em alguns anos, é possível que haja uma guerra entre os países do mundo, devido à escassez desse bem tão precioso. Panorama semelhante ocorreu num passado recente, devido ao controle do petróleo.

Oceanos, rios, lagos, geleiras, calotas polares e pântanos cobrem 354 mil quilômetros quadrados da Terra e ocupam um volume total de 1,3 milhões de quilômetros quadrados. No entanto, apenas 2,5% desse reservatório consiste em água doce, fundamental para a sobrevivência humana. O restante é impróprio para consumo.

Vale destacar que 68,9% da água doce da Terra está na forma sólida, ou seja, em geleiras, calotas polares e neves que ficam no topo das montanhas.

As águas subterrâneas e de outros reservatórios representam 30,8% desse total. Portanto, a água acessível à população do planeta soma somente 0,3% (cerca de 100 mil quilômetros cúbicos).

## Privilégio

Embora o Brasil possa ser considerado um país privilegiado por deter 12% da água doce superficial do mundo, estudo da Agência Nacional de Águas (ANA) feito em 2.965 municípios brasileiros aponta que 1.896 deles (64%) podem



Platini

Um dos principais rios da Baixada Santista é o Cubatão. Ele é a maior fonte de abastecimento de água da região

ter problemas com abastecimento nos próximos seis anos, caso não recebam investimentos em produção, coleta de esgoto e proteção dos mananciais.

Uma questão preocupante é como evitar o desperdício de água. O alerta foi dado pela arquiteta e urbanista do Instituto Socioambiental (ISA) Marússia Whately, em entrevista dada à equipe do IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

Nos últimos 60 anos, houve um crescimento de mais de sete vezes no consumo, enquanto a população apenas dobrou. Na visão dela, um dos principais desafios é garantir a água, em especial nas grandes cidades dos países em desenvolvimento.

## R\$ 200 bilhões são necessários para universalizar saneamento no Brasil

Conforme a ONU (Organização das Nações Unidas), 884 milhões de pessoas de todo o mundo seguem sem acesso à água potável e 2,6 bilhões não dispõem de saneamento básico nos locais em que vivem.

Atualmente, 87% da população do planeta possui água apta para consumo, mas 39% ainda convivem sem qualquer tipo de tratamento sanitário.

O Instituto Trata Brasil aponta que 49,1% da população brasileira ainda não obteve acesso à rede de esgoto e somente 32% do total que é coletado recebe algum tipo de tratamento. Por outro lado, mais de 90% da sociedade do País tem acesso à água potável. Os

números melhoraram bastante nos últimos anos, mas ainda não são o suficiente.

O secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Leodegar Tiscoski, afirmou que são necessários investimentos de R\$ 200 bilhões para que o Brasil alcance a universalização dos serviços de saneamento.

Ele, que participou semana passada da Conferência Latino-americana de Saneamento (Latinosan 2010), explicou que o Governo Federal tem destinado R\$ 10 bilhões por ano às obras. Esse volume deve aumentar para R\$ 12 bilhões com o novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

## Aumento da população e poluição: os principais desafios da Baixada

A poluição dos rios e córregos e a ocupação de moradias em áreas de preservação são alguns desafios a serem vencidos na Baixada. Com o acentuado crescimento da população e das atividades socioeconômicas da região, o Comitê de Bacias Hidrográficas (CBH-BS) entende que a bacia local seja considerada crítica nos próximos anos.

O CBH-BS é formado por representantes da sociedade civil, governos Estadual e municipais. O Sintius participa desse fórum de debates sobre problemas relacionados ao uso, recuperação e preservação das águas.

## Questão de guerra

# Os interesses ocultos na privatização dos serviços de água no mundo

Há uma intensa atuação de um cartel com quatro empresas transnacionais pela privatização da água, conforme denúncias da Associação dos Jornalistas Investigadores Independentes (com sede na Suíça). Apesar do assédio intenso, elas estão com 15% das concessões no mundo. Na Europa, somente dois países (Reino Unido e França) têm a água privatizada. A grande pergunta é: o sistema é vantajoso para a sociedade?

Em nenhum lugar do mundo a privatização da água beneficia a população. Nos EUA, Europa, África, Oriente, Bolívia e Argentina, ela tem sido prejudicial à população. Em todas as situações de privatização, sempre há muita corrupção, tarifas elevadíssimas e exclusão dos

mais pobres, aqueles que na visão do cartel “não dão retorno financeiro”.

No Brasil, o cartel tem usado subterfúgios para assumir o controle dos serviços de saneamento. Um deles é o das empresas de economia mista de água e saneamento serem induzidas a vender ações, o que permite que as empresas estrangeiras ligadas ao cartel, mesmo com uma quantidade minoritária de ações, façam acordos de “acionistas” em que assumem o controle da concessão das águas.

Um exemplo é o ocorrido com a Sanepar (Empresa de Águas e Saneamento do Paraná) que vendeu ações por autorização do Governo do Estado, em julho de 1998: 39,71% das ações ordinárias passaram a

Dominó Holding S/A, da qual fazem parte o grupo francês Vivend (atual Sanedo), a construtora Andrade Gutierrez, o Banco Oportunity (ligado ao City Bank) e a Copel Participações.

A retomada do controle da Sanepar foi conseguida a duras penas na Justiça pelo governador Roberto Requião (PMDB). Os administradores públicos não podem cair nesse logro da privatização da água.

### Campanhas eleitorais

Essas empresas financiam inclusive campanhas eleitorais. As concessionárias, que assumem o serviço de água com total isenção de impostos por 30 anos, financiam a campanha de facilitadores. Nesse período, até oito candidaturas poderão ser bancadas por tais empresas.



## Zé Urbano explica a perversa ética do mercado

O cartel não tem ética, nem consideração com o ser humano. A Suez, a principal empresa transnacional do cartel das águas, é a concessionária dos serviços de água em Joanesburgo (África do Sul).

Ela instalou torneiras públicas em todos os subúrbios e favelas da cidade. Ao lado instalou um mecanismo de cartão pré-pago, ou seja, o africano pobre só pode abrir a torneira pública se antes comprar o cartão.

Por consequência disso, boa parte da população foi buscar água em riachos contaminados, gerando uma forte epidemia de cólera ante tal conduta da concessionária.

“Água, o bem essencial da vida, tem que ter atendimento universal. Não pode ser mercadoria.

Ninguém passa três dias sem beber água. Defender a água não é defender riqueza, mas a própria vida”, ressalta Zé Urbano.

## A importância da Declaração Universal dos Direitos da Água

Em 22 de março de 1992, a ONU redigiu a “Declaração Universal dos Direitos da Água”. O texto sugere uma profunda reflexão e divulgação por todos os amigos e defensores dos recursos naturais do planeta.

1) A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão, é plenamente responsável aos olhos de todos.

2) A água é a seiva de nosso planeta. Ela é condição essencial de vida de todo vegetal, animal ou ser humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura.

3) Os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia.

4) O equilíbrio e o futuro de nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.

5) A água não é somente herança de nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como a obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.

6) A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor econômico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo.

7) A água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada. De maneira geral, sua utilização deve ser feita com consciência e discernimento para que não se chegue a uma situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas atualmente disponíveis.

8) A utilização da água implica em respeito à lei. Sua proteção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo Estado.

9) A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social.

10) O planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a Terra.

**PRESIDENTE**  
Marquito Duarte  
**SECRETÁRIO DE**  
**COMUNICAÇÃO**  
Fausto Simões Júnior  
**JORNALISTAS**  
**RESPONSÁVEIS**  
Sandro Thadeu - MTB 49.020  
Rafaela Biagioni - MTB 50.295  
**COLABORAÇÃO**  
Fernando Luiz Dias Rodrigues

**Informativo do Sindicato dos**  
**Trabalhadores nas Indústrias e Serviços**  
**Urbanos de Santos, Baixada Santista,**  
**Litoral Sul e Vale do Ribeira**

Sede: Rua São Paulo, 24 a 26, Vila Matias  
Santos (SP) - CEP 11075-330  
Fone e Fax (13) 3226-3200  
www.sintius.org.br  
Caixa Postal 564

Impressão: Diário do Litoral - Tiragem: 10.000 exemplares

## Investimento e planejamento

Fausto Simões Jr.



Presidente do Sintius, Marquito Duarte (ao microfone), representa os trabalhadores no Conselho Estadual de Saneamento

# Marco Regulatório é o principal avanço no setor de saneamento

Sandro Thadeu

O Marco Regulatório do Saneamento (Lei Federal nº 11.445), promulgado em 5 de janeiro 2007, é o principal avanço nesse setor nos últimos anos. Tal ideia sempre foi defendida pelo nosso sindicato. Essa legislação recente trouxe mudanças para o setor. Os municípios brasileiros devem estar preparados para essa nova diretriz sobre a questão.

A principal alteração é a ampliação do conceito de saneamento, conforme prega a ONU (Organização das Nações Unidas). Além do abastecimento/distribuição de água e esgotamento sanitário, o termo engloba o manejo e a disposição dos resíduos sólidos (gestão do lixo) e das águas pluviais (drenagem urbana).

Outro avanço da lei é a separação da fiscalização, regulação, operação e planejamento. Antes, a operadora do setor assumia tudo. Agora, a empresa responsável terá de se submeter ao controle externo.

A fiscalização, a regulação e o planejamento são incumbências do Poder Concedente, ou seja, dos municípios. Eles até podem

delegar a fiscalização e a regulação. Por exemplo, o Governo do Estado criou a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp).

No entanto, a missão de planejar é da autoridade municipal. As prefeituras têm até o final deste ano para construir o Plano Municipal de Saneamento Ambiental. Essa é uma forma de estabelecer o controle social sobre o setor.

### Atuação tímida

Em 2008, a preocupação dos representantes dos poderes Executivo e Legislativo do Estado com essa questão fundamental ainda era bastante tímida, durante o 52º Congresso Estadual dos Municípios, realizado em Santos, onde era debatido o Marco Regulatório do Saneamento.

Não basta um plano tecnocrático. É preciso mobilizar a população local para a realização de um diagnóstico amplo e fiel à realidade dos habitantes.

Isso contribuirá bastante para valorizar o setor do saneamento, que é estratégico na defesa do meio ambiente e na promoção da saúde pública.



Região terá plano regional de saneamento até o fim do ano

## Brasil vivia um tempo de vazio institucional no setor

- O saneamento, desde o esvaziamento do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), sentia a falta de um marco regulatório. Esse período, que vem desde o final da década de 1980, foi caracterizado pelos atores que atuam no setor de saneamento, como um tempo de vazio institucional.

- Foi um período marcado pela indefinição de competências entre os entes federativos (União, Estados e Municípios) e, principalmente, pela falta de investimentos. A extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), no começo da década de 1990, foi uma das consequências do esvaziamento do Planasa, ou seja, a fonte de financiamento regular do saneamento se retirou desse cenário.

- Sem a sua fonte de financiamento regular, os investimentos em saneamento foram reduzidos drasticamente. O Planasa tinha como objetivo universalizar o abastecimento, a distribuição e o tratamento da água. No entanto, ainda temos um grande déficit nesses três ramos. A situação é pior ainda na coleta, tratamento e disposição final de esgoto.

## Sintius participa de discussão sobre tema desde 1990

Desde 1990, o Sindicato dos Urbanitários luta contra o vazio institucional apresentando propostas, por meio do Comando Nacional de Saneamento (CNS), pela universalização dos serviços e na defesa da gestão pública do saneamento.

Ao longo desses anos, foram produzidas quatro revistas e organizados vários congressos e seminários (inclusive internacionais), objetivando a melhora na qualidade dos serviços do setor.

O Sintius reconhece os avanços alcançados pelo Marco Regulatório do Saneamento, mas persiste na luta por um Sistema Nacional de Saneamento e pela ampliação do controle social no setor.

Além do lixo com destinação adequada, precisamos estabelecer metas para a drenagem urbana, que continua como “prima pobre” do saneamento ambiental. Com o aumento da intensidade e frequência das chuvas, a drenagem das cidades precisa receber um tratamento diferente do tradicional, que tem sido marcado pela indiferença permanente dos gestores públicos.

### PAC

O Sintius atua na Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente (Fenatema), entidade que surgiu para defender os trabalhadores do setor e o desenvolvimento sustentável, e no Conselho Estadual de Saneamento (Conesan), criado com a intenção de construir o Plano Estadual de Saneamento.

Em cada um desses espaços, a defesa da gestão pública como caminho da universalização do saneamento norteará a nossa atuação. Vamos trabalhar pelo Sistema Nacional de Saneamento e pelo seu controle social, acompanhando e fiscalizando os investimentos em saneamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Até o fim deste ano, o Governo Federal investirá cerca de R\$ 40 bilhões no setor de saneamento por meio do PAC.

## Sabesp

# Investimento de bilhões de reais e incoerências da política corporativa

Fotos Sandro Thadeu

A Baixada Santista vive um novo momento quando o assunto é saneamento básico. Em breve, a população da região metropolitana sentirá os efeitos dessas mudanças que estão sendo promovidas por meio dos programas Onda Limpa e Água no Litoral.

Porém, além das obras promovidas pela Sabesp, a empresa precisa se preocupar em também aumentar o quadro funcional para garantir por completo a excelência de serviços de abastecimento de água, afastamento e tratamento de esgotos nos nove municípios da Baixada.

O programa Água no Litoral pretende ampliar a produção, melhorar a qualidade da água tratada, expandir a rede de distribuição e ligações domiciliares, além de ampliar a adução e a capacidade de reserva de água tratada.

## Tratamento de esgoto

Já o Onda Limpa é o maior projeto de recuperação ambiental do litoral brasileiro. No total, serão investidos R\$ 1,9 bilhão, sendo

R\$ 1,5 bilhão na região e o restante no Litoral Norte.

O principal objetivo dessa iniciativa é ampliar a coleta de esgoto na região, que é pequena: passará de 53% para 95%. O tratamento de esgoto chegará a 100%. No total, cerca de 3 milhões de pessoas, entre população fixa e fluante, serão beneficiadas.

As obras devem estar concluídas até dezembro de 2011, mas boa parte delas, como as estações de tratamento de esgoto e estações de pré-condicionamento, já começaram a funcionar no início deste ano.

O Onda Limpa trará benefícios importantes no ponto de vista econômico e social aos habitantes da Baixada Santista, como: melhora na balneabilidade das praias; incentivo ao turismo e a geração de empregos e renda; redução do número de internações por doenças de veiculação hídrica; e diminuição dos índices gerais de mortalidade, especialmente o de crianças (a região é a que tem o pior índice do Estado).

## Sintius defende que as prefeituras renovem contrato com a empresa

Apesar dos problemas que existem na Sabesp, o Sindicato dos Urbanitários é favorável que a empresa continue como a companhia responsável pelos serviços de esgoto e de água nos nove municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Até 31 de dezembro, as nove prefeituras devem elaborar o Plano Municipal de saneamento e renovar, ou não, a concessão com a Sabesp. Essa é uma das metas da Unidade de Negócio da empresa na região.

Na visão do Sindicato, a Baixada não pode desperdiçar anos de experiência no setor

do quadro funcional de uma hora para outra.

Um dos prefeitos da região que já se manifestou favorável a renovação do contrato de concessão com a companhia é o de Santos, João Paulo Tavares Papa (PMDB).

### Qualidade

O quadro técnico da Sabesp na Baixada Santista é um dos melhores e mais qualificados de toda a companhia. Como a empresa atua em toda a região, ela pode deslocar com facilidade e maior agilidade os trabalhadores para atender uma emergência, o que não ocorreria se o serviço fosse privatizado ou municipalizado.



Sintius defende ampliação do quadro funcional para melhor atender a população



Trabalhadores da Sabesp sempre demonstram unidade nas horas de luta

## As preocupações do nosso sindicato

O contraponto dos investimentos que vêm sendo realizados pela Sabesp nos últimos anos é a política corporativa da empresa, que tem aumentado as terceirizações e reduzido o quadro funcional. O Sindicato discorda totalmente dessas medidas adotadas pela companhia.

Para se ter uma ideia do panorama atual da Sabesp, nos últimos dois anos, cerca de 2 mil trabalhadores foram

demitidos e em torno de 500 foram contratados, ou seja, apenas um quarto da força de trabalho dispensada foi reposta.

Isso demonstra a incoerência da companhia que investe bilhões em novas unidades para melhorar o atendimento da população, mas não privilegia o quadro funcional.

O aumento da terceirização é preocupante, porque os cidadãos e a imprensa apontam a má qualidade dos serviços prestados pelas em-

preiteiras, bem como as condições ruins de trabalho dos funcionários.

Um exemplo ruim dessa diretriz da Sabesp é a desativação do 195 da Baixada Santista. Agora, todas as ligações feitas pelos moradores da região são recebidas por atendentes que ficam em Itapetininga, no interior do Estado. Isso tem causado muitos problemas, como a lentidão para atender a demanda.